



JORNAL OFICIAL

Quarta-feira, 20 de Setembro de 2006



Série

Número 182

Sumário

SECRETARIAREGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES
Anúncio de concurso

SECRETARIAREGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS
Despacho

SECRETARIAREGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
Despacho n.º 140-A/2006

**SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL
E TRANSPORTES****Anúncio de concurso**

CONCURSO PÚBLICO N.º 42/2006

"VIA EXPRESSO RIBEIRADE S. JORGE -
- ARCO DE S. JORGE - 1.ª FASE, TÚNEIS"**SECÇÃO I - ENTIDADE ADJUDICANTE**

I.1) DESIGNAÇÃO, ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO: Região Autónoma da Madeira, Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes (Direcção Regional de Estradas), Direcção de Serviços de Concursos e Contratos, Rua Dr. Pestana Júnior, 6, C.P. – 9064 - 506 Funchal. Tel.: 291207200. Fax: 291207385. Endereço Internet (URL): www.sres.pt
Mais informações podem ser obtidas no seguinte endereço: Ver «pontos de contacto».

Caderno de encargos e documentos complementares (incluindo documentos para diálogo concorrencial e para um Sistema de Aquisição Dinâmico) podem ser obtidos no seguinte endereço: Ver «pontos de contacto».

As propostas ou pedidos de participação devem ser enviados para o seguinte endereço: Ver «pontos de contacto».

I.2) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE E SUAS PRINCIPAIS ACTIVIDADES: Autoridades Regionais ou locais.

SECÇÃO II - OBJECTO DO CONTRATO**II.1) DESCRIÇÃO**

II.1.1) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante: "Via Expresso Ribeira de S. Jorge – Arco de S. Jorge – 1.ª Fase, Túneis".

II.1.2) Tipo de contrato e local da realização das obras, da entrega dos fornecimentos ou da prestação de serviços: Obras.

Execução.

Principal local de execução: Região Autónoma da Madeira - Concelho de Santana.

Código NUTS: PT300 Madeira

II.1.3) O anúncio implica: Um contrato público.

II.1.5) Breve descrição do contrato ou das aquisições: Os principais trabalhos são: Estaleiro, Túneis Rodoviários onde se inclui a escavação subterrânea, revestimentos provisórios e definitivos, impermeabilização e drenagem, Terraplenagens Gerais, Obras de Arte Correntes e Obras Acessórias.

II.1.6) Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos):
II.221240-6

II.1.7) O contrato está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)? Não.

II.1.8) Divisão em lotes: Não.

II.1.9) São aceites variantes: Não.

II.2) Quantidade ou extensão do contrato

II.2.1) Quantidade ou extensão total

O referido em II.1.5

Valor estimado das obras, sem IVA: 43.000.000,00. Divisa EUR.

II.3) Duração do contrato ou prazo para a sua execução: Máximo de 480 dias, a contar da data da consignação.

SECÇÃO III - INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO**III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONTRATO**

III.1.1) Cauções e garantias exigidas: 5% do valor total do contrato.

III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam: A cobertura orçamental será assegurada pelo Orçamento da Região Autónoma da Madeira, através da Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes.

III.1.3) Forma jurídica que deve assumir o agrupamento de operadores, económicos adjudicatários: Agrupamento Complementar de Empresas ou Consórcio Externo, em regime de responsabilidade solidária.

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

III.2.1) Situação pessoal dos operadores económicos, nomeadamente requisitos em matéria de inscrição nos registos profissionais ou comerciais

Informação e formalidades necessárias para verificar o cumprimento dos requisitos: Os concorrentes deverão ser titulares de alvará de construção emitido pelo IMOPPI, com as seguintes autorizações: A 1.ª subcategoria da 2.ª categoria, de classe que cubra o valor global da proposta; a 5.ª subcategoria da 2.ª categoria e as 3.ª e 11.ª subcategorias da 5.ª categoria nas classes correspondentes à parte dos trabalhos a que respeitem.

Os concorrentes não detentores de alvará de construção, a que se referem as alíneas b), c) e d) do art.º 54.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, poderão apresentar-se a concurso nos termos do disposto nos artigos 67.º e 68.º do mesmo diploma legal.

III.2.2) Capacidade económica e financeira

Informação e formalidades necessárias para verificar o cumprimento dos requisitos: Conforme programa de concurso.

Níveis mínimos de condições eventualmente exigidos:

Conforme programa de concurso.

III.2.3) Capacidade técnica

Informação e formalidades necessárias para verificar o cumprimento dos requisitos: Conforme programa de concurso.

Níveis mínimos de condições eventualmente exigidos:

Conforme programa de concurso.

SECÇÃO IV – PROCESSO

IV.1) TIPO DE PROCESSO: Concurso público.

IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO: Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta:

Os critérios enunciados a seguir:

1 Valia Técnica da Proposta – 0,40;

2 Prazo – 0,35;

3 Preço – 0,25.

IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO

IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante: Concurso Público n.º 42/2006

IV.3.3) Condições para obtenção do caderno de encargos e dos documentos complementares:

Prazo para a recepção de pedidos de documentos ou para aceder aos documentos: 07/12/2006. Documentos a título oneroso: Sim. Divisa: EURO.

Condições e modo de pagamento: Preço: 3.000,00 (papel); 250,00 (suporte digital) a acrescer de IVA à taxa legal em vigor nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. O processo de concurso será fornecido no prazo de 6 dias, a contar da data da recepção do respectivo pedido escrito. O pagamento é prévio e será feito em numerário ou cheque visado, passado à ordem do Tesoureiro do Governo Regional da Madeira.

IV.3.4) Prazos de recepção das propostas ou dos pedidos de participação: 13/12/2006, Hora: 17:00.

IV.3.6) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação: Português.

IV.3.7) Período mínimo durante o qual o concorrente é obrigado a manter a sua proposta: 66 dias (a contar da data do acto público).

IV.3.8) Condições de abertura das propostas

Data, hora e lugar: 14/12/2006 - 10:00 Local indicado em I.1.

Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas: Sim

Qualquer pessoa, podendo intervir representantes dos concorrentes, devidamente credenciados.

SECÇÃO VI - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

VI.2) CONTRATO RELACIONADO COM UM PROJECTO E/OU PROGRAMA FINANCIADO POR FUNDOS COMUNITÁRIOS: Não.

VI.5) DATADA ENVIO DO PRESENTE ANÚNCIO: 18/09/2006.

Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes, 18 de Setembro de 2006.

O CHEFE DE GABINETE, João Ricardo Luis dos Reis

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS**Despacho**

Considerando que a estrutura orgânica da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, aprovada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 29/2005/M, de 10 de Agosto, prevê no n.º 2, do artigo 15.º, o cargo de Director do Gabinete Jurídico equiparado para todos os efeitos legais a Director de Serviços;

Considerando que o respectivo lugar se encontra vago e que se torna imprescindível garantir a sua gestão e coordenação;

Considerando que em sede de apreciação das candidaturas apresentadas no âmbito do processo de selecção a que se refere o artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a Dr.ª Maria Cecília Spínola Viveiros, licenciada em Direito, demonstrou possuir os requisitos legais e a aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício daquelas funções.

Nestes termos e ao abrigo do disposto do n.º 1, do artigo 20.º, e do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, da alínea b), do n.º 2, do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de Abril, com a alteração conferida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/M, de 14 de Julho e do n.º 2, do artigo 15.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 29/2005/M, de 10 de Agosto, determino:

- 1 - Nomear em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, o Consultor Jurídico Assessor Principal, do Quadro de Pessoal desta Secretaria Regional, Maria Cecília Spínola Viveiros, no cargo de Director do Gabinete Jurídico.
- 2 - Apresente nomeação é feita por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 14 de Agosto de 2006.

Funchal, 14 de Agosto de 2006.

A SECRETÁRIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS, Conceição Almeida Estudante

NOTAS CURRICULARES DO NOMEADO

Dados pessoais:

Maria Cecília Spínola Viveiros, casada, natural de Gaula, Santa Cruz, residente em São Martinho, Funchal.

Habilitações académicas:

Licenciada em Direito, na vertente de ciências jurídico-forenses, em 12 de Julho de 1994, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

- II Curso de Pós-Graduação - Problemas Jurídicos da Droga e da Toxicodependência, promovido pela

- Faculdade de Direito de Lisboa, e pelo IDT-Instituto da Droga e da Toxicodependência - Março / Julho de 2003.
- Curso de Pós-Graduação em Direito da Medicina, realizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com a duração de 102 horas e 30 minutos (11 de Outubro de 2003 a 13 de Março de 2004).
- Dados profissionais:
- Professora Provisória do 7.º Grupo, na Escola Secundária de Machico, no período entre 1 de Outubro de 1989 e 30 de Setembro de 1990.
 - Ingressou no quadro de pessoal da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais em 15 de Maio de 1996, com a categoria de Consultor Jurídico de 2.ª Classe.
 - Possui actualmente a categoria de Consultor Jurídico Assessor Principal.
 - Nomeada em 24 de Fevereiro de 1997, Chefe de Divisão de Pareceres e Estudos Jurídicos.
 - Nomeada Vogal da Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência a 29 de Outubro de 2001.
 - Nomeada por concurso em 23 de Agosto de 2004, Chefe de Divisão de Serviços Jurídicos.
 - Nomeada em 11-08-2005, Directora de Serviços do Gabinete Jurídico em regime de substituição.
- Formação Profissional:
- O Concurso na Administração Pública - Abril de 1995 - 30 horas.
 - Estatuto Disciplinar da Função Pública no âmbito da Saúde - Maio de 1995 - 30 horas.
 - Autoridade de Saúde e o Direito Contra-Ordenação - Junho de 1995.
 - Direito de Função Pública - Junho de 1995 - 60 horas.
 - Regime Jurídico de Realização de Despesas Públicas e de Contratação Pública relativo às Empreitadas de Obras Públicas, Aquisições de Bens ou Serviços e Locação Outubro de 1995 - 24 horas.
 - Feituras das Leis - Novembro de 1995 - 36 horas e 30 minutos
 - Direito da Função Pública - Junho de 1996 - 60 horas.
 - 1.ªs Jornadas da Modernização Administrativa - Novembro de 1997.
 - Fórum 2000 - Workshop sobre "Gestão da Produtividade na Administração Pública", levado a efeito pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa - Julho de 1998.
 - Gestão do Pessoal: Quadros e Carreiras - Fevereiro de 1999 - 18 horas.
 - Fórum - O Estado da Justiça em Portugal - Março - 18 horas.
 - Contencioso Administrativo - Março de 1999 - 12 horas.
 - Conferência - ANova Gestão dos Recursos Humanos na Administração Pública - Junho de 1999 - 10 horas.
 - Conferência - O Concurso Público e outros Procedimentos de Contratação Pública - Outubro de 1999 - 12 horas.
 - Conferência - O Novo Regime Jurídico de Realização de Despesas Públicas e da Contratação Pública - Novembro de 1999.
 - Seminário - Consumidores e Agentes Económicos: Parceiros na Garantia da Qualidade - Março de 2000.
 - 2.º Encontro INA- Moderna Gestão Pública - Dos Meios aos Resultados - Março de 2000.
 - Acesso aos Documentos Administrativos - Maio de 2000 - 18 horas.
 - A Relação Jurídica de Emprego na Administração Pública - Maio de 2000 - 12 horas.
 - Procedimento Administrativo - Maio de 2000 - 12 horas.
 - O Regime Jurídico de Contratação Pública - Maio de 2000 - 18 horas.
 - O Novo Código das Expropriações - Junho de 2000 - 12 horas.
 - Gestão Orçamental Pública e o Controlo Orçamental - Junho de 2000 - 14 horas.
 - Fórum 2000 - Workshop - Reforma do Estado e Administração Pública Gestonária - Julho de 2000 - 18 horas.
 - Direito da Função Pública - Novembro de 2000 - 60 horas.
 - Jornada de Sensibilização sobre o Euro para a Administração Pública Local e Regional - Março de 2001.
 - Workshop - Descentralização na Administração Pública - Fórum 2001: RENOVAR A ADMINISTRAÇÃO - Junho de 2001.
 - Seminário sobre a A Administração Pública e os Institutos Públicos - Junho de 2001 - 14 horas.
 - Sistema Regional de Saúde - Um Projecto de Mudança - Setembro de 2001.
 - O Financiamento das Regiões Autónomas - As Experiências Espanhola, Alemã e Portuguesa - Outubro - de 2001 - 12 horas.
 - Para o desempenho do cargo de Vogal da Comissão para a Dissuasão a Toxicodependência do Funchal - Novembro de 2001 - 18 horas.
 - Gestão da Mudança e Trabalho em Equipa - Dezembro de 2001 - 16 horas.
 - Estratégias Terapêuticas de como trabalhar a Motivação do Toxicodependente - Maio/Julho de 2002 - 12 horas.
 - Prevenção Primária da Toxicodependência em Meio Laboral: Reflectir para Agir - Junho de 2002.
 - IV Seminário - Justiça Administrativa - Julho de 2002.
 - Seminário - Qualidade em Serviços Públicos - Novembro de 2002.
 - Código do Procedimento Administrativo - Novembro de 2002 - 30 horas.
 - O Direito Disciplinar na Administração Pública - Dezembro de 2002 - 30 horas.
 - Técnicas e Negociação - Março de 2003 - 18 horas.
 - O Direito de Mera Ordenação Social e Respectivos Processos - Abril de 2003 - 16 horas.
 - Seminário - Escolas: Entender o Fenómeno da Toxicodependência - Maio de 2003 - 6 horas.
 - Novo Código do Trabalho - Maio / Junho de 2003 - 30 horas.
 - Conferência/Debate - O Novo Código do Trabalho, realizada pelo Conselho Distrital da Ordem dos Advogados da Madeira - Março de 2003.
 - Conferência Internacional - O Consumo e a Dependência de Tóxicos, Tendências e Perspectivas - Maio de 2004.
 - Novo Código do Trabalho - Maio de 2004 - 32 horas.
 - O Novo Contencioso Administrativo Junho de 2004 - 18 horas.
 - O Regime Jurídico de Aquisição de Bens e Serviços - Empresas Públicas - Outubro de 2004 - 20 horas.
 - Serviços tutelados pela SRAS. Orgânica e Funcionamento Novembro de 2004 - 7 horas.
 - Seminário - Concursos Públicos Electrónicos - Maio de 2005.
 - Universidade de Verão, Conferência - Toxicomanies-Europe-Échanges-Études - Junho de 2005.
 - SIADAP - O Novo Sistema de Avaliação do Desempenho - Julho de 2005 - 22 horas.
 - Obras Públicas-Adjudicação e Execução de Empreitadas e Concessões - Outubro de 2005 - 12 horas.
 - Estatuto Disciplinar - Novembro de 2005 - 30 horas.
 - Seminário de Alta Direcção - Novembro de 2005 - 40 horas.
 - Direito das Contra-Ordenações - Abril de 2006 - 24 horas.
 - Workshop - As funções de inspecção e auditoria nos serviços com actividades em saúde e o exercício do poder e acção disciplinar nos estabelecimentos da saúde - Maio / Junho de 2006.
 - Workshop - Na Senda da Prevenção ... Na Luta Contra o Abuso e Tráfico de Substâncias Ilícitas - Junho de 2006.

Área de Informática:

- “Noções de Informática” - Unidade de Informática - I Módulo - Fevereiro de 1995 - 25 horas.
- Word ver.6.0 - II Módulo - Abril de 1995 - 25 horas.
- Excel ver. 5.0 IV Módulo - Julho de 1995 - 30 horas
- Word 1 - Maio de 2002 - 30 horas.
- Microsoft Excel 1 - Junho de 2002 - 30 horas.
- Internet e Correio electrónico - Fevereiro de 2006 - 30 horas.

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS**Despacho n.º 140-A/2006**

No intuito de assegurar a operacionalidade e funcionamento dos serviços, ao abrigo do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto

Regulamentar Regional n.º 32/2001/M, de 15 de Novembro, alterado pela Declaração de Rectificação n.º 21-F/2001 determino o seguinte:

No período compreendido entre o dia 2 e 3 de Agosto e de 7 a 14 de Agosto do ano de 2006, o Director Regional de Saneamento Básico é substituído pelo Director de Serviços de Águas Residuais, Eng.º José Canha Rodrigues da Silva.

Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, aos 28 de Julho de 2006.

O SECRETÁRIO REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS, Manuel António Rodrigues Correia

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direcção Regional da Administração da Justiça.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fracção de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda	€ 15,91 cada	€ 15,91;
Duas laudas	€ 17,34 cada	€ 34,68;
Três laudas	€ 28,66 cada	€ 85,98;
Quatro laudas	€ 30,56 cada	€ 122,24;
Cinco laudas	€ 31,74 cada	€ 158,70;
Seis ou mais laudas	€ 38,56 cada	€ 231,36

A estes valores acresce o imposto devido.

EXEMPLAR

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

ASSINATURAS

	<u>Anual</u>	<u>Semestral</u>
Uma Série	€ 27,66	€ 13,75;
Duas Séries	€ 52,38	€ 26,28;
Três Séries	€ 63,78	€ 31,95;
Completa	€ 74,98	€ 37,19.

Aestes valores acrescentam os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de Janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA

Divisão do Jornal Oficial

IMPRESSÃO

Divisão do Jornal Oficial

DEPÓSITO LEGAL

Número 181952/02

O Preço deste número: € 1,81 (IVA incluído)